

POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 77/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

1 CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 13ª RPM – **36.851.786-X DIANA MARIA MARTINS E MG-15.600.076 MARCUS VINÍCIUS LISBOA CORRÊA** interpuuseram recursos administrativos em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico, contudo, não compareceram à Entrevista de Devolução e nem apresentaram suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora os candidatos não tenham apresentado suas defesas, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelos candidatos e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 48/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 13ª RPM – **MG- 13.299.257 RODRIGO SCHINNIGER ASSUN GARCIA E MG- 12.805.391 RODRIGO ULISSES GOMES DE OLIVEIRA** interpuseram recursos administrativos em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico, contudo, não apresentaram suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-

indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora os candidatos não tenham apresentado suas defesas, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelos candidatos e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 30/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 13ª RPM – **MG- 11.654.990 EVERTON DE OLIVEIRA, MG- 11.141.214 LUCINEI LINO DA COSTA, MG-10.250.063 VINÍCIUS PABLO LOPES CABRAL E MG-16.865.418 WEVERTON DIEGO SILVA GERUNDO** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra - indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contra-

indicação, para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **retificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro no parecer técnico devidamente fundamentado;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** os pedidos, com base no parecer técnico, alterando-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos para a situação de indicados, para ingresso no CTSP/09 - Interior;

2.3 determinar ao Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contra-indicados para indicados dos candidatos, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por eles nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 25/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 13ª – **MG- 12.801.053 ALESSANDRA PAULA MATTÁ NUNES, MG- 15.425.131 AMANDA APARECIDA DA SILVA KOSAWA, MG- 14.290.344 BRUNO MOREIRA NASCIMENTO, ES- 1.845.772 CHRISTIAN THOMPSON DE ANDRADE, MG- 14.668.527 DIEGO HENRIQUE DA COSTA GOMES, MG- 16.263.966 DOUGLAS ROBERTO DE SOUZA, MG- 14.140.990 EDEVALDO SÓCRATES DA SILVA, MG- 13.964.485 HELDER JOSÉ MENDES ARAÚJO, MG- 10.860.710 HUGO FERNANDO DA COSTA, MG 15.486.329 JEFFERSON DOS SANTOS LOURES, MG- 11.566.453 LEONARDO CARMO DOS REIS LOSCHI, MG- 12.431.733 LUIZ ANTÔNIO DE LIMA MARCIANO, MG- 1.175.407-3 LUIZ GUSTAVO MAGALHÃES PAULINO, MG 13.569.051 LUIZ GUSTAVO DA SILVA LISBOA, MG- 09.711.402-9 PAULO SALGADO DOS SANTOS, MG- 15.748.712 RICARDO BARESI SOARES AFONSO, MG- 11.078.811 RICARDO DE FREITAS TOLOMELLI, MG- 11.543.331 ROBSON DE ASSIS SILVA, MG- 15.543.780 ROSE EMELLY VIDAL, MG- 14.807.172 THALLES AUM GUZELLA, MG- 14.818.850 THIAGO ELIAS MEDEIROS, 508.695 THIAGO NERY CHAVES, MG-12.197.268 WASHINGTON LUÍS DO NASCIMENTO, MG- 14.713.348 WENDERSON JOSÉ DE ALMEIDA, MG-12.577.673 WESLEY RIBEIRO DA SILVA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a

imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) **SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS